

Embaixada portuguesa ao Papa Júlio II

A aura que envolve ainda hoje a embaixada de D. Manuel ao Papa Leão X, com preciosos e exóticos presentes, entre os quais o famoso elefante Annone, não deve deixar no esquecimento outras embaixadas que demandavam favores e prestavam homenagem ao Sucessor de Pedro em Roma. Quase dez anos antes, em 1505, o rei português mandou uma notável embaixada à Cidade Eterna, ao Papa Julio II (della Rovere), que com grande benevolência a acolheu ¹.

Alguns meses depois da eleição do Papa Júlio II (1.11.1503), o embaixador português em Roma, João de Saldanha, escrevia ao rei D. Manuel no sentido de este enviar ao novo Pontífice uma “embaixada de obediência” (Carta: 21.10.1504). Tratava-se de uma praxe que a Cúria romana muito apreciava e que servia aos diversos países para mostrarem perante os países acreditados junto da Sé Apostólica as suas glórias e projectos ².

Para Portugal a ocasião era altamente propícia. Vasco da Gama regressara, pela segunda vez, da Índia (1504); Pedro Álvares Cabral descobrira em 1500 o Brasil; o espírito de Cruzada contra os Turcos, que continuavam a ameaçar a Europa e tinham na mão o comércio com o Oriente, interessava à diplomacia do Ocidente; e

¹ MAC SWINEY DE MASHANAGLASS, *Le Portugal et le Saint Siège. Une ambassade portugaise à Rome sous Jules II (1505)*, Paris 1903. O opúsculo é dedicado a D. António de Sousa Barroso e está na base das páginas dedicadas a este assunto por Mons. JOSÉ DE CASTRO, *Portugal em Roma*, I, Lisboa 1939, 152-158.

² *Corpo Diplomático Português* I, Lisboa 1862, 43-45; DAMIÃO DE GÓIS, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Coimbra 1949, I. Parte, cap. 93, 222-227; J. OSÓRIO, *Da Vida e feitos d' El-Rei D. Manuel*, Porto 1944, L. IV, 187-191.

Lisboa, tornada a grande porta da Europa, ia mostrando com viagens e bens exóticos trazidos pelas caravelas novos mundos.

Uma tal embaixada permitiria a Portugal divulgar no centro da Cristandade as coisas da Guiné, da Índia e do Oriente, e como o Papa apreciava o engenho e a fama, nada mais conveniente seria do que apresentar a novidade o o arrojo de que as descobertas portuguesas davam prova. Além disso, o rei português poderia esperar apoios materiais e espirituais para a vasta frente de luta contra o Grande Turco³.

Os “Diários” de João Bocharo e de Paride de Grassis documentam e descrevem, até ao pormenor picaresco, essa embaixada de que fazia parte “grande e nobre comitiva”⁴. Na sua mais alta representação era constituída por D. Diogo de Sousa, bispo do Porto, por Diogo Pacheco, juriconsulto e orador, e por João Saldanha, embaixador e cavaleiro da Ordem de S. Tiago. Fazendo a viagem por mar, aportaram em Civitavecchia. Antes de chegarem a Roma, tiveram de aguardar a bagagem, expedida pelo rio Tibre, o que levou 20 dias por causa do mau tempo. Durante esse tempo, a comitiva instalou-se nas dependências de uma vinha que o Bispo de Gubbio tinha nas imediações de Roma e onde presumivelmente fora feita tentativa de envenenar o Papa Alexandre VI.

Atendendo à viagem marítima e à posição em que a comitiva se encontrava, foi concedido à embaixada portuguesa entrar pela porta del Torrione (porta Posterula) (Cavallageri), e não, como era de regra, pela ponte Mílvio e pela Porta Flaminia, também chamada porta do monte Mário. Era o dia 1 de Junho de 1505, domingo. O luzido cortejo, a partir das 10 horas, chamou a atenção dos romanos, primeiro, por algumas singularidades e, depois, por conflitos de precedências.

O relator P. de Grassis descreve com algum pormenor as indumentárias e sublinha a presença de um herói de armas, de um tambor e de músicos tocando trombetas de “um modo novo e

³ Contemporaneamente, este não deixou de recorrer a medidas diplomáticas de dissuasão, como o demonstra a intervenção de Frei Mauro Hispano junto do Papa, dos reis de Portugal e de Espanha, sendo portador de cartas do Sultão do Egipto e da Síria. (*Corpo Diplomático* I, 48-52; J. OSÓRIO, *Da Vida e Feitos*, 188-191).

⁴ Biblioteca Apostólica Vaticana, *Vat. lat. 12302*, f. 350v-352; *Vat. lat. 12266*, f. 123-124; *Vat. lat. 12303*, f. 304-308; *Chigi L. I* 17, f. 478-486.

insólito”, cuja posição no cortejo fora objecto de alguma discussão. O seu número oscilava entre 5 e 8, e foram objecto de autorização papal para tocarem até à porta da Urbe. No cortejo foram-se incorporando os que desceram ao encontro do embaixador português, como o embaixador espanhol, e aqueles que os esperaram às portas da cidade, como os familiares do Papa, que lhe saíram ao encontro junto ao muro novo e alto do Papa Nicolau. Além de Cardeais e Prelados da Cúria, podiam-se ver o embaixador espanhol, Francisco de Rojas, os Embaixadores de Veneza, de Florença, da Polónia, da França, do Imperador, de Urbino e do Prefeito da cidade, a quem os romanos chamavam “Prefettino”, por causa da sua tenra idade.

O primeiro conflito de precedências surgiu entre Diogo Pacheco, com credenciais para ocupar o segundo lugar, e João Saldanha, a quem competia esse lugar na qualidade de representante de Portugal em Roma (“quorum secundus fuit prior in Urbe”). Houve discussão com algum escândalo, provocando crítica e repreensão. Assim, o Bispo do Porto ocupou o 1º lugar, entre o Duque de Urbino e o Arcebispo Ragusini; João Saldanha, no 2º lugar, entre o Prefeito da cidade e um Prelado; e Diogo Pacheco, em 3º lugar, entre dois Prelados da Cúria.

Mais grave (“magna quaestio”) foi o conflito surgido entre os embaixadores de Espanha (Francisco Rojas) e de França (Michel Ricci), que pretendiam, ambos, o 2º lugar, logo a seguir à comitiva lusitana. Os respectivos adjuntos agrediram-se mutuamente, provocando um “tumulto com escândalo” (De Grassis), e enquanto o caso se não resolveu, o cortejo não pôde avançar por mais de uma hora. Não foi fácil a intervenção do Duque de Urbino no sentido de apaziguar os ânimos nem a do Cerimoniário junto de Júlio II, o qual não se quis pronunciar sobre a questão, afirmando, entretanto, que o rei de França sempre precedera o de Espanha (Imperador, Rei de Roma, França, Espanha, Catalunha, Portugal). O Mestre de cerimónias acabou por sair da presença do Papa, irritado, o qual “clamava terrivelmente contra ele”⁵.

Um tal incidente, atribuído ao “importuníssimo” embaixador espanhol, foi censurado por todos, nomeadamente pelo Papa, que quis ouvir a respeito disso o Bispo Hortano.

⁵ “Igitur terribiliter contra me clamavit” (*Chigi L. I*, 17, f. 483).

No dia 3 de Junho o cortejo percorreu algumas das principais ruas da cidade, passando pela Via Júlia, Campo dei Fiori, Palácio Massimo, Della Valle, Cesarini, Maffei, Via dei Pellicieri, Praça Minerva. A embaixada instalou-se na casa de Pedro Romano, adrede preparada para receber os embaixadores. Daqui partiu o cortejo, no dia seguinte, levando hora e meia a chegar ao Vaticano. O Papa dera ordens para que a sala régia fosse opulentamente decorada, como nunca dantes. Para receber a embaixada, Júlio II reuniu em Consistório 26 Cardeais ⁶, entre os quais se encontrava o de Portugal ou de Lisboa, D. Jorge da Costa, já quase centenário ⁷.

O orador oficial, Diogo Pacheco, fez um brilhante discurso, onde exaltou a obra do rei de Portugal ⁸. D. Manuel penetrara com as suas caravelas até à Índia, onde encontraram cristãos e para onde levaram sacerdotes. Para tão ingente tarefa de “dilatar a fé e o império”, a embaixada portuguesa pedia a Sua Santidade a confirmação da cruzada e a concessão do indulto para as despesas que Portugal fazia em África. O orador dissertou com tal eloquência que o cronista pontifício chama a atenção para a admiração geral dos ouvintes ⁹.

Durante a audiência foi oferecida ao Papa uma soberba cruz de prata trazida da Índia. Toda a comitiva, incluindo os tocadores beijou o pé de Sua Santidade. Seguiu-se um sumptuoso banquete oferecido pelo Cardeal de Portugal, onde não faltou todo o género de músicos. Em tal circunstância, a intervenção do Cardeal D. Jorge da Costa era de grande relevo, pelo prestígio de que ele usufruía na Cúria e que o rei D. Manuel reconhecia e agradecia ¹⁰.

A embaixada portuguesa foi, sem dúvida, coroada de êxito. Além da divulgação da gesta dos descobrimentos na Europa, ela

⁶ Os nomes vem em: *Vat. lat. 12302*, f. 352.

⁷ D. Jorge da Costa, o famoso Cardeal de Alpedrinha, faleceu em Roma a 18.9.1508, com 102 anos de idade, tendo sido sepultado na igreja de Santa Maria del Popolo, em capela fundada por ele.

⁸ Seria também Diogo Pacheco, grande humanista e jurisconsulto, a pronunciar a oração de obediência ao Papa Leão X. em 20.3.1514, na famosa embaixada que D. Manuel então mandou a Roma. Ambos discursos, pronunciados em latim, se encontram impressos, e foram traduzidos para português.

⁹ “Doctor loculentissime oravit admirantibus omnibus, non solum laudantibus” (*Chigi L. I*, 17, f. 485).

¹⁰ O Mss *Chigi L. I*, 21 refere-se a uma Missa celebrada no dia de S. Ambrósio no ano de 1504, a seguir ao dom do Cardeal de Portugal. Com data de 15 de Maio de 1505, D. Manuel agradece ao Cardeal as ajudas que ele presta na Cúria. Cf. L. A. REBELO DA SILVA, *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, T. 10, Lisboa 1865, 140.

contribuiu para a obtenção de favores de ordem espiritual e temporal, de que Portugal tinha necessidade na empresa marítima contra os infiéis ¹¹.

Que o empenhamento de Portugal vinha ao encontro de uma necessidade sentida pela Santa Sé, na defesa dos cristãos presos e maltratados, mostra-o uma carta mandada por aquela na mesma data da embaixada lusitana, aos reis de Inglaterra, França, Espanha (3.6.1505) ¹².

No mês seguinte, o Papa assinava três Bulas de grande importância para Portugal. Com a Bula *Sedes Apostolica* (4.7.1505), o Papa levantava as censuras canónicas que impediam o comércio com os infiéis e declarava este não só legítimo, mas até proveitoso para a Igreja e a fé cristã ¹³. Por seu turno, a Bula *Militans Ecclesia* (12.7.1505) vinha regularizar vários problemas respeitantes à Ordem de Cristo (por ex., sede em Tomar), instituição da máxima relevância nas descobertas e campanhas ultramarinas ¹⁴. Com a Bula *Orthodoxae Fidei* (12.7.1505), Júlio II concedia ao rei português as indulgências da Cruzada por dois anos, com incalculáveis vantagens para Portugal e para a Igreja ¹⁵.

Outro fruto da embaixada foi a transferência de D. Diogo de Sousa do Porto para Braga, facto atestado por um breve datado de 15.7.1505 ¹⁶.

Passado pouco mais de um mês, o Papa Júlio II escrevia ao rei D. Manuel em termos entusiastas, a agradecer o modo como a embaixada portuguesa se apresentara em sua presença (16.7.1505), dizendo resumidamente o seguinte: Os representantes que religiosamente nos enviastes a nós e a esta Santa Sé a prestar obediência desempenharam brilhantemente o seu ofício, quer publica quer privadamente; recebêmo-los com dedicação e benignamente os escutamos e acolhemos os pedidos feitos em teu nome; são merecedores de ser tidos em apreço, aos nossos olhos conquistaram

¹¹ D. GÓIS, *Crónica*, Coimbra 1949, I Parte, cap. 93, 222.

¹² Para o rei de Portugal a mesma carta seguiu uma semana mais tarde, com data de 11.7.1505 (Arquivo Secreto Vaticano, *Arm. 39*, T.22, f.317v).

¹³ *Corpo Diplomático*, I, 59-61

¹⁴ *Corpo Diplomático*, I, 75-88.

¹⁵ *Corpo Diplomático*, I, 61-75.

¹⁶ *ASV Arm. 39*, T.23, f.407v-408; D. GÓIS, *Crónica*, 229.

grande favor e quão agradáveis foram para nós os teus magnificéssimos dons e quão merecedor de louvor e de amor te reputamos, o ouvirás dos próprios embaixadores¹⁷.

Em Outubro daquele ano de 1505, o sucesso da embaixada é acompanhado de uma tragédia nacional. De regresso a Lisboa uma das caravelas espalha a peste entre as pessoas, morrendo aos milhares. Para fugir ao contágio, a família real retirou-se de Lisboa para Almeirim¹⁸.

Como um eco da embaixada, deve ser vista a concessão da Rosa de Ouro ao rei D. Manuel. No Domingo da Rosa (4^o da Quaresma: 22.3.1506), Júlio II abençoou a Rosa de Ouro que tinha intenção de mandar ao rei de Portugal como sinal de comunhão e de apreço¹⁹.

A cerimónia da bênção e da entrega realizou-se com solenidade, na câmara dos papagaios, depois da Missa celebrada pelo Card. Adriano, embora o diarista P. de Grassis manifeste algumas reservas e críticas. Não havendo embaixador português em Roma e não sendo conveniente que fosse o Cardeal de Portugal (D. Jorge da Costa) a receber a Rosa de Ouro, foi nomeado para o fazer um servidor do rei D. Manuel, o qual, de joelhos, ouviu do Papa as seguintes palavras: "Recebe a Rosa que em nosso nome e no destes Reve.mos Senhores Cardeais entregarás ao nosso caríssimo filho em Cristo, o Rei de Portugal, que bem a merece, como óptimo amigo nosso e desta Santa Sé". O improvisado representante português, depois de beijar o pé do Papa, recebeu simplesmente a Rosa, sem nada dizer, retirou-se sem cortejo nenhum e ele mesmo se juntou aos pajens do Cardeal de Portugal, antes de a levar para casa deste. O Sermão de ocasião foi feito pelo Procurador dos Carmelitas²⁰.

¹⁷ "Carissimo in Christo filio nostro Emmanuelli Portugalliae Regi illustri. Carissime in Christo fili noster, salutem et apostolicam benedictionem. Oratores quos ad oboedientiam nobis et huic Sanctae Sedi prestandam magna cum pietate misisti suo officio publice et privatim egregie functi sunt, eos nos paterna caritate excepmus et benignissime audivimus ac quanto cum Deo potuimus, in his quae tuo nomine petierunt exaudivimus Digni sunt quos in pretio habeas. In oculis certe nostris magnam sibi gratiam compararunt quae grata autem nobis fuerint obvia et magnificentissimae oblationes tuae Majestatis et quanta te laude dignum putemus dilectioneque prosequamur ab ipsis oratoribus intelliges. Datum Romae apud Santum Petrum die XVI Julii MDV. Pontificatus nostri anno secundo" (ASV *Arm.* 39, T.22, f. 331v-332).

¹⁸ D. GÓIS, *Crónica*, cap. 94, 229.

¹⁹ O Breve tem a data de 18.6.1506, um ano depois da embaixada, e nele o Papa fala do significado da Rosa de Ouro, levada por Álvaro da Costa. Cf. *Corpo Diplomático* I, 98-99

²⁰ *Vat. lat.* 12303, f. 431-434; *Chigi I*, 17, f. 733v-739; ver também: *Vat. lat.* 12302, f. 388; *Vat. lat.* 12266, f. 140.

No final com uma oração, P. de Grassis critica a cerimónia realizada, diversa da do ano anterior, para que não mais se cometam erros nem ridicularizações nem caprichos de vaidade ("ut non potius errores et ridiculamenta et vanitatum diversitates exequantur")²¹.

A Rosa de Ouro tornara-se um objecto de elevado preço e um sinal de grande apreço por parte do Papa. A simples rosa do princípio (sec. XI) tornara-se um ramo de metal precioso, ornado de diamantes e safiras, a que se juntavam perfumes²².

Era a segunda vez que o Papa oferecia a Rosa de Ouro a Portugal, tendo sido a primeira feita por Nicolau V ao rei D. Afonso V (13.4.1454). Ela era sinal de um tipo de relações mais estreitas entre Portugal e a Santa Sé e constituía para o rei português um estímulo em ordem à "defesa e propagação da fé". O mesmo gesto será repetido 9 anos mais tarde com o Papa Leão X.

Esta embaixada representava algo de novo nas relações de Portugal com a Santa Sé e era já sinal de transformações na diplomacia romana, onde começavam a surgir representações permanentes dos Estados, em lugar dos embaixadores ou oradores nacionais. Uma embaixada extraordinária, solene, servia para representar alguns objectivos, mas estes, antes e depois da audiência, necessitavam de uma estrutura de apoio e de comunicação habitual, necessidade que Portugal, à semelhança de outros países, não tardou a colmatar.

As relações entre os monarcas portugueses e a Santa Sé tinham sido geralmente cordiais. Uma embaixada como esta a Júlio II era sinal disso mesmo, mas ao mesmo tempo ela mostrava como com os descobrimentos e a propagação da fé em terras longínquas se acrescentava o prestígio de Portugal. Portugal afirmava a sua fidelidade e devoção ao sucessor de Pedro, e simultaneamente chamava a atenção da Europa para o arrojo da sua cruzada no mundo. Este mundo, sob um duplo aspecto, trazia consigo a imensidão e a novidade das terras descobertas, e as convulsões e movimentos que agitaram a Europa durante todo o séc. XVI.

²¹ *Chigi L. I*, 17, f. 738; *Vat. lat.* 12303, f. 434.

²² Em 1508, Caradosso recebeu 37 ducados por 3 safiras para a Rosa de Ouro.

Com efeito, a embaixada a Júlio II realizava-se no início de um século caracterizado por tantas vitórias e humilhações para a Igreja. Basta pensar nas transformações grandiosas da Roma papal e no saque da cidade feito por tropas ditas cristãs, no movimento protestante e no Concílio de Trento, nas vitórias contra os Turcos e nas guerras de religião na Europa. Expressão de uma época, a embaixada manuelina constitui um episódio característico da história de Portugal, não separável da história da Igreja.

A cruz trazida da Índia era, sob diversos aspectos, um símbolo extraordinário da epopeia portuguesa no mundo, e para a levar a Roma não podia ser senão uma embaixada extraordinária. Roma acolheu-a festivamente, e não deixou de abençoar a singularidade da gesta portuguesa ²³.

A. CARDOSO

²³ "Os descobrimentos e conquistas dos portugueses causavam em Roma verdadeiro assombro; e como às empresas de além-mar andava sempre ligado o empenho de levar a religião católica aos povos novamente avassalados ou conhecidos, nem El-rei deixava de informar o pontífice dos progressos de suas armadas e das vitórias de seus capitães nem o papa tardava em o felicitar vivamente por tantas glórias e triunfos. Em Roma celebravam-se públicas demonstrações de regozijo e solenidades religiosas em acção de graças pelas vitórias dos portugueses". (FORTUNATO DE ALMEIDA, *História*, II, 318).

Abstracts

PERES, Mateus Cardoso — *Prophecy and Christian Morals*.

143-162

The biblical message is not only prophetic, and so is each of the historical expressions of "christian morals". In the New Testament, the prophetic current gives its aid to the eschatologic dimension of the christian situation and stretches out through double rule of exemplarity of Christ and love order.

We also acknowledge the importance of another source of morals: non-prophetic and explained through natural wisdom and experience. This source increased during patristic age, with the help of stoicism and prevails not exclusively in the great theological syntheses of Scholasticism, owing to a general use of greek philosophic textes.

Since Trent, during the reign of casuistry, the prophetic current fades out to appear again with the Second Vatican Council. Then, problems about the typicality of christian moral language and the exact relation of the two sources (prophetic and moral) are laid. At last, a solution is tried — the Church will be more prophetic in its moral discourse as far as it seizes in the best way the wisdom of nations.

CUNHA, J. Teixeira da — *Sexuality and Moral Rule: New Theologic Plans to Rebuild the Meaning of Rule*.

163-179

First one intends to study the traditional ways of expressing a general moral rule for sexuality and its rejection by nowadays man. Then, setting the foundations of a theological anthropology of trinitary view, one tries to set again the formulation of that general rule, in order to give it a prophetic meaning, positive and dynamic to announce christian morals to today's man.

ROCHA, Georgino — *The Spirituality of the Secular Diocesan Priest*.

181-201

The theological as well as pastoral reflexion is paying an increasing attention to this kind of spirituality. Late studies have deepened its relation